

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 1.736, DE 1999 (Apensos os PLs 3.665/97, 269/99, 1.375/99, 4.462/01 e 6.263/02)

Dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado VILMAR ROCHA

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do **Senado Federal**, que proíbe às empresas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado tornar disponível nos terminais telefônicos sem expressa autorização do assinante.

Na Justificativa, ressalta-se o fascínio do serviço sobre crianças, adolescentes e mesmo adultos incautos no controle de suas finanças, e os vultosos danos que sua fácil acessibilidade tem acarretado aos orçamentos familiares.

Remetido à Câmara, para revisão, o projeto aprovado pelo Senado, na conformidade do que dispõe o artigo 65 da Constituição Federal, a ele foram apensadas outras 5 (cinco) proposições, com objetivos semelhantes:

1 – o Projeto de Lei n.º 3.665, de 1997, de autoria do Deputado Antônio do Valle, que *“dispõe sobre prévia solicitação do assinante de linha telefônica para utilização*

*dos serviços prestados mediante acesso pelo prefixo 900, e dá outras providências”;*

2 – o Projeto de Lei n.º 269, de 1999, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que *“veda o acesso livre às ligações telefônicas do prefixo 0900 e 900”*;

3 – o Projeto de Lei n.º 1.375, de 1999, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que *“dispõe sobre a autorização prévia do assinante para a cobrança de serviços prestados por telefone”*;

4 – o Projeto de Lei n.º 4.462, de 2001, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que *“dispõe sobre as ligações telefônicas para os Serviços de Valor Adicionado identificados pelos prefixos 900 ou 0900”*; e

5 – o Projeto de Lei n.º 6.263, de 2002, de autoria do Deputado Fernando Zuppo, que *“proíbe as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de completarem ligações para serviços pagos sem expressa autorização dos contratantes das linhas telefônicas”*.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, apreciando o mérito das proposições, aprovou-as, bem como às emendas ali apresentadas, na forma de Substitutivo que, além de adaptá-las às prescrições de técnica legislativa da Lei Complementar n.º 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 2001, condicionou a oferta dos serviços de valor adicionado à prévia autorização, por escrito, do assinante da linha telefônica; incumbiu as prestadoras de oferecer aos assinantes a possibilidade de acessar os referidos serviços mediante senha; possibilitou aos assinantes revogar, a qualquer tempo, a solicitação de acesso; e sujeitou a prestação dos serviços em desacordo com o estabelecido na norma à dispensa de pagamento, bem como à aplicação das sanções estabelecidas no art. 173 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

Por sua vez, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, igualmente apreciando o mérito dos projetos de lei e mesmo o substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprovou-os com algumas alterações, na forma de novo substitutivo que

possibilitou o acesso aos multicitados serviços mediante desbloqueio efetivado por meio de número telefônico com o prefixo 0800; limitou a prestação dos serviços ao valor de ¼ (um quarto) do salário mínimo mensal por linha telefônica; proibiu o serviço de telesexo e outros que atentem contra a moral da sociedade e o Estatuto da Criança e do Adolescente; e destinou parcela da arrecadação nos sorteios realizados por meio dos prefixo 0900 às ações sociais do Governo Federal.

As proposições vieram, então, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde, no prazo regimental, foram oferecidas pelo nobre Deputado Eliseu Padilha 10 (dez) emendas, com os seguintes objetivos:

- - Emenda n.º 1: emenda de redação ao art. 1.º do substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, suprimindo a menção ao prefixo 900, que nada mais é que uma espécie do gênero código de acesso 0900;
- - Emenda n.º 2: além de aprimorar a redação do *caput* e parágrafos do art. 2.º do substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, adequando a terminologia e emprestando maior clareza ao texto, modifica a limitação dos valores do serviço, estabelecendo tetos distintos para cada ligação e para a mensalidade do serviço;
- - Emenda n.º 3: insere artigo (3.º) no substitutivo, determinando que o controle do disposto na lei deverá ser exercido por uma entidade distinta das concessionárias de serviços telefônicos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações;
- - Emenda n.º 4: emenda de redação, para retificação gramatical e renumeração do antigo art. 3.º, que passou a art. 4.º;
- - Emenda n.º 5: emenda de redação, para tornar mais claro o texto, e renumerar o art. 4.º do substitutivo, que passou a art. 5.º;

- - Emenda n.º 6: acrescenta dispositivo (art. 6.º) estabelecendo que a Agência Nacional de Telecomunicações criará um índice próprio à avaliação da qualidade do serviço de valor adicionado objeto desta norma;
- - Emenda n.º 7: acrescenta artigo (7.º) estabelecendo a obrigação da prestadora de cobrar separadamente o serviço de telefonia fixa e o serviço de valor adicionado, de forma a permitir ao assinante pagar apenas o primeiro;
- - Emenda n.º 8: acrescenta ao substitutivo dispositivo (art. 8.º) vedando às prestadoras de serviços de telefonia fixa desligar a conta telefônica ou inscrever o nome do assinante nos serviços de proteção ao crédito, em virtude de inadimplência em relação aos serviços de valor adicionado;
- - Emenda n.º 9: dá nova redação e renumera o art. 5.º do substitutivo, que passa a ser o art. 9.º;
- - Emenda n.º 10: apenas renumera o art. 6.º do substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, que passa a ser o art. 10.º.

Nos termos dos artigos 32, III, a e 139, II, c do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa de todas as proposições.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Trata-se de tema concernente às telecomunicações, em

relação ao qual a União detém competência legislativa privativa (CF, art. 22, IV). Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria (CF, art. 48, *caput*), e é legítima a iniciativa parlamentar, fundada no que determina o artigo 61 da Carta da República.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, constatamos, igualmente, o preenchimento dos requisitos materialmente constitucionais, sendo certo que o inc. XXXII do art. 5.º da Carta da República assegura, na forma da lei, a promoção estatal da defesa do consumidor.

Inexistem problemas relativos à juridicidade das proposições (projeto principal, proposições apensadas, substitutivo e emendas), que restam, ao contrário, bem inseridas no ordenamento jurídico pátrio.

As emendas traduzem excelentes aperfeiçoamentos ao substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, razão porque se faz necessária a aprovação delas nesta Comissão de Constituição e de Cidadania. Elas visam ajustar melhor os dispositivos legais do Projeto à legislação existente, tornando harmônico seu teor com a legislação pátria.

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados, inclusive por ação ou omissão da sociedade ou do Estado. É o que comanda o art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente mencionado.

O referido Estatuto indica que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Ora, o projeto sem as emendas apresentadas peca em não atender cabalmente a estes preceitos.

As emendas elaboradas visam resguardar os direitos do consumidor. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art 6º, VI, assegura a efetiva reparação dos danos patrimoniais e morais individuais, coletivos e difusos, acarretados, no caso, por cobranças indevidas.

Nesse ponto, é essencial destacar que é direito dos consumidores, conforme aduzem os arts. 6º, III, 31 e 37 do citado Código, ter acesso às informações básicas, de forma clara, sobre o tipo de serviço prestado e as tarifas respectivas. A divulgação das informações, nesse ponto, peca excessivamente pela falta de clareza.

Ademais, essas orientações estão em consonância com as últimas decisões judiciais que trataram do assunto.

Ao introduzir as salvaguardas representadas pelas modificações oferecidas, as emendas contribuem para aperfeiçoar a disciplina desta matéria, que ora se encontra, apesar do trabalho conduzido pelos Srs. Deputados e Senadores, carente de dispositivos que venham de fato a assegurar a aplicabilidade das normas legais vigentes.

Como demonstrado supra, é essencial a incorporação das emendas propostas para que o texto da lei não se torne ineficaz, insuscetível de operar no mundo real, deixando juridicamente desamparados consumidores, crianças e adolescentes.

Feitas essas considerações, voto pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** dos Projetos de Lei n.º 1.736, de 1999, 3.665, de 1997, 269, de 1999, 1.375, de 1999, 4.462, de 2001, e 6.263, de 2002, bem como dos substitutivos da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e pela **admissibilidade das emendas** oferecidas nesta Comissão. Sala da Comissão, em        de        de 2004.

Deputado VILMAR ROCHA  
Relator